

LEVANTAMENTO DE DANOS AMBIENTAIS

REGIÃO 2

• BOLETIM INFORMATIVO SOCIOAMBIENTAL N°1 •
• AGOSTO DE 2021 •

Pesquisa sobre contaminação ambiental em áreas da R2 ganha reforço por Consultoria Especializada contratada pela Aedas.

Grupo de pesquisa convida comunidade para encontro virtual.

O QUE VOCÊ ENCONTRA AQUI

Equipe de coordenação

Objetivos

Plano de trabalho

Convite à comunidade

 **Aedas**

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PESQUISAS



Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Processos para Sustentabilidade (LEA:AUEPAS/DEGEP-DEPRO) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Instituto de Geociências (IG) da UNICAMP; e Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP)



EcoEnviroX

Ficha Técnica do Boletim:

Realização: EcoEnvirox; Laboratório de Educação Ambiental e Pesquisas: Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Processos para Sustentabilidade (LEA:AUEPAS/DEGEP-DEPRO) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Instituto de Geociências (IG) da UNICAMP; e Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP)

Financiamento: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS)
Coordenação Geral: Dulce Maria Pereira (LEA:AUEPAS/DEGEP-DEPRO/ UFOP)

Coordenação Técnica: Evandro Marcos Saidel Ribeiro (FEA-RP/USP), Jefferson Lima Picanço (IG/UNICAMP) e Pedro Henrique Barbosa de Abreu (MED/UFOP)
Redação: Marco Túlio Pena Câmara (IEL/UNICAMP)

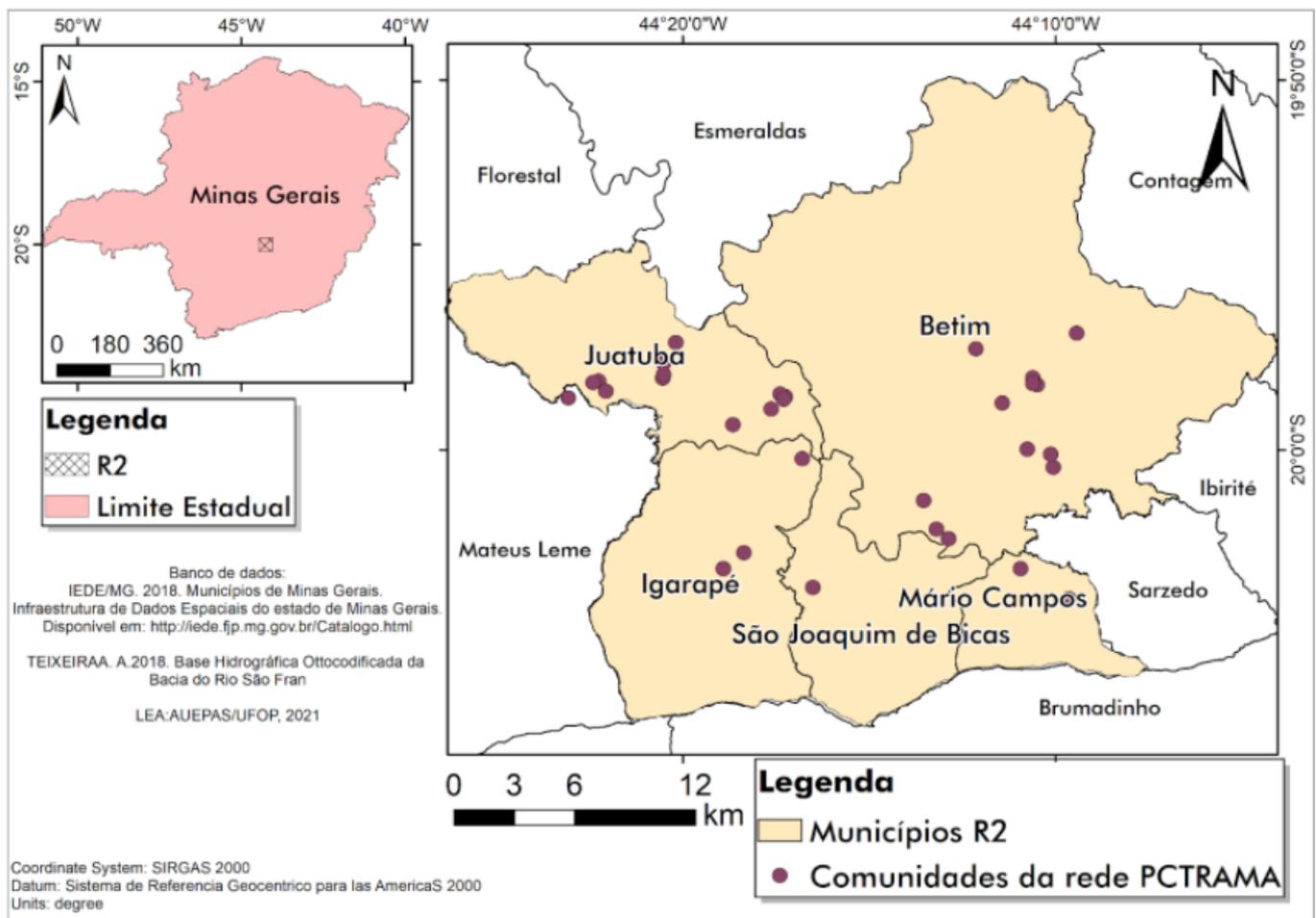
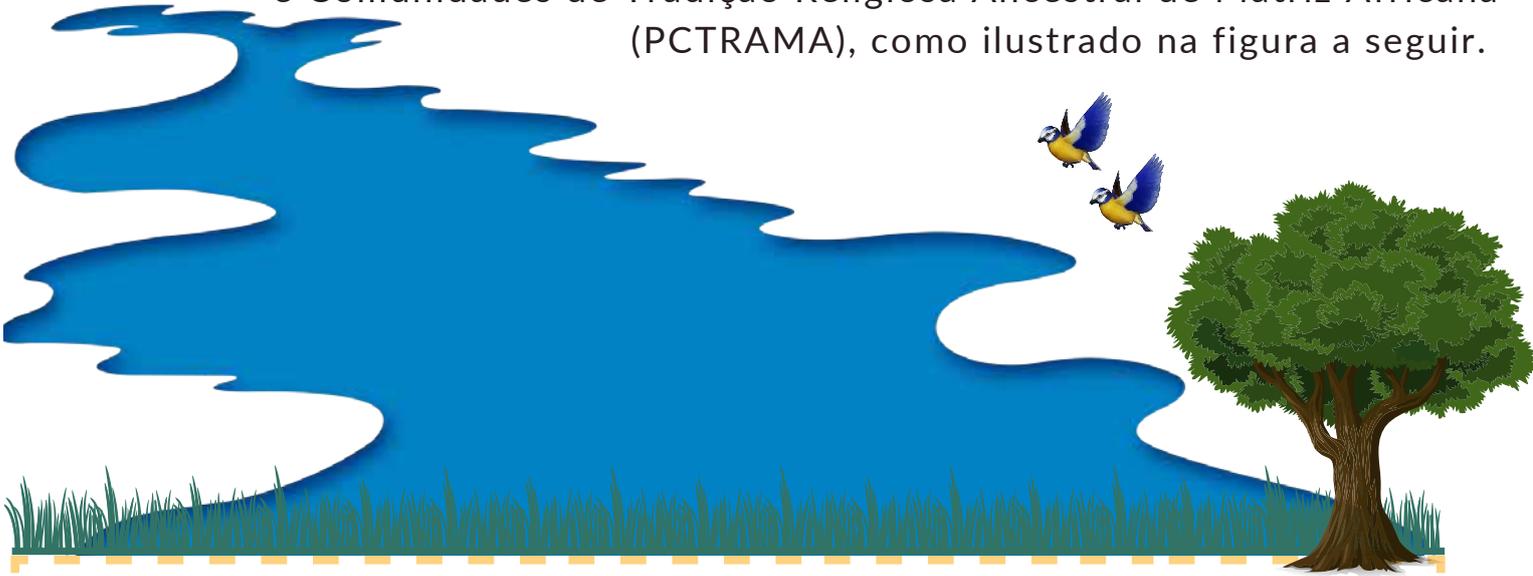
Diagramação e edição gráfica: Talita Gantus de Oliveira (IG/UNICAMP)
Mapas: Tainá Almeida

PESQUISA SOBRE CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DA R2 GANHA REFORÇO POR CONSULTORIA ESPECIALIZADA CONTRATADA PELA AEDAS

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) inicia mais uma fase no trabalho de levantamento de danos socioambientais na Região 2. As pesquisas estão sendo feitas pelo Laboratório de Educação Ambiental: Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Processos para Sustentabilidade (LEA:AUEPAS/ DEGEP-DEPRO) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em parceria com o Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-RP) da Universidade de São Paulo (USP). O projeto tem a administração e gestão financeira da empresa de pesquisa e desenvolvimento de projetos para a redução de emissão de carbono EcoEnvirox. A equipe de coordenação científica é composta pelos professores pesquisadores Evandro Marcos Saidel Ribeiro (FEA-RP/USP), Jefferson Lima Picanço (IG/UNICAMP) e Pedro Henrique Barbosa de Abreu (MED/UFOP), sob a coordenação geral da professora e pesquisadora Dulce Maria Pereira (LEA:AUEPAS/ DEGEP-DEPRO/ UFOP).



Os municípios pesquisados são Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas, atingidos pelo rompimento da barragem I da mina Córrego do Feijão em Brumadinho, em 2019. Incluem-se os Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA), como ilustrado na figura a seguir.



Mapa das comunidades da rede PCTRAMA.
Fonte: LEA:AUEPAS/UFOP, 2021.

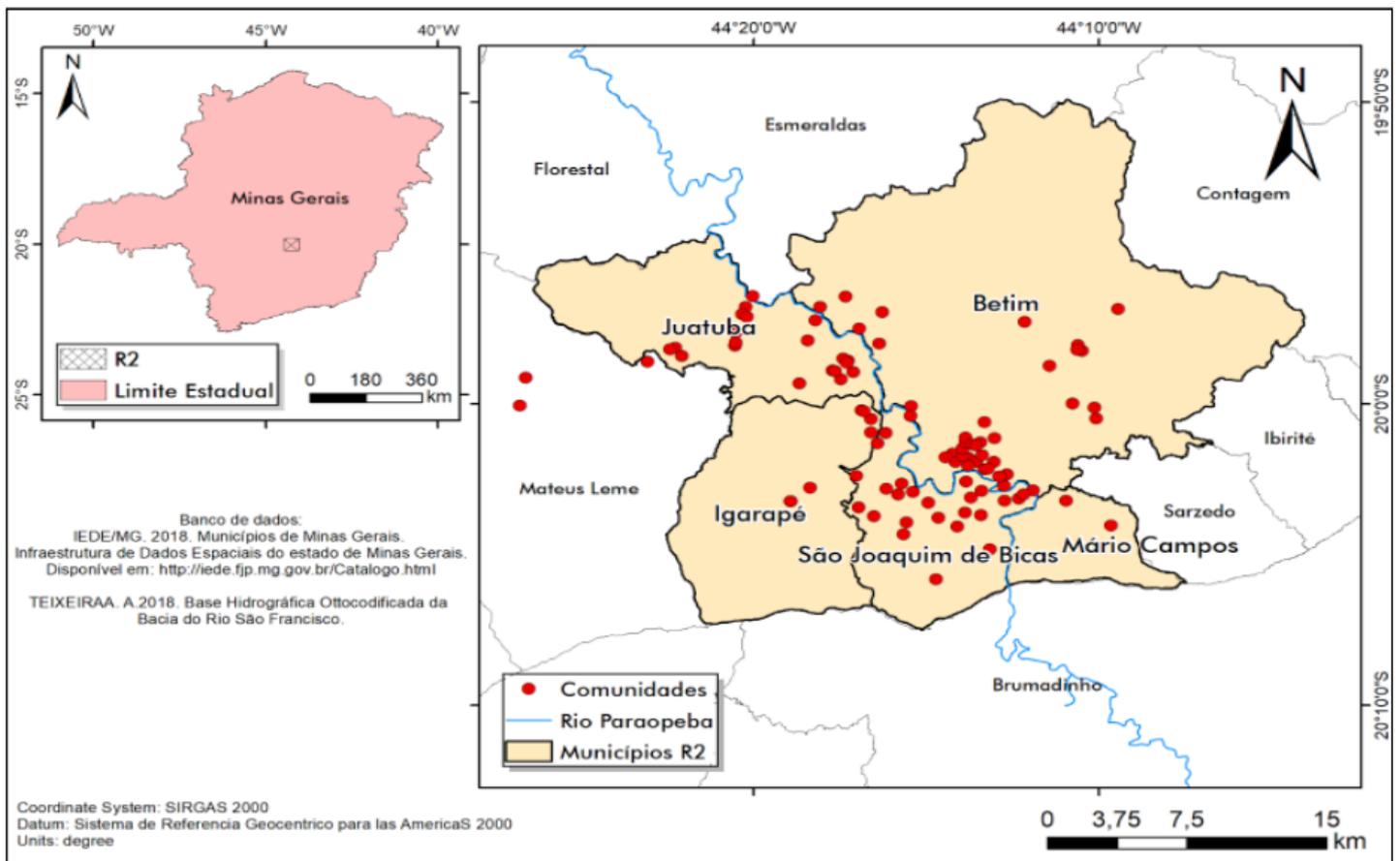
É importante ressaltar a relação com as comunidades e suas reivindicações para a realização desse plano de trabalho. O projeto parte da percepção das desigualdades causadas nos contextos de mineração, impondo disputa injusta de território entre as grandes empresas e as comunidades que vivem nesses espaços. Interessante considerar, também, as relações que os diferentes grupos estabelecem com a natureza e as diversas formas com que essas populações sofrem como consequência do rompimento da barragem, principalmente mulheres e pessoas negras.

Pequenos agricultores, artesãos, pescadores, povos indígenas, garimpeiros, ribeirinhos e remanescentes de quilombos, principalmente mulheres de todas as comunidades são, na história das catástrofes, sobretudo onde os territórios são disputados por grandes corporações, condicionados a vida que se resume a luta por justiça - por reparação integral, adoecimentos, empobrecimento e revolta. Tornam-se pedintes do Estado, da justiça, das empresas. Seus lugares de conversar, estudar, fazer rituais, plantar, rezar e se divertir são ameaçados, impactados, por vezes contaminados e mesmo ocupados por interesse das corporações, em muitos casos com conivência do Estado.

Resultados disso são a sobrecarga psicológica de trabalho e exploração econômica das mulheres. Considerando que os desastres não são eventos episódicos, seus impactos e crimes não se resumem ao acontecimento inicial. O desastre se prolonga, colocando essas comunidades em risco, a partir de vários procedimentos e imposições das corporações. Riscos por contaminação, impactam, segundo vários estudos, de forma desproporcional, os grupos historicamente submetidos ao empobrecimento que, nesses casos, são ainda mais vulnerabilizados.



Nesse sentido, estabelecer vínculo e potente relação de confiança com as comunidades é fundamental para dar seguimento ao projeto. Assim, o trabalho vai abarcar vítimas de perdas materiais e imateriais do Patrimônio Natural e restrições de acesso aos serviços ecossistêmicos dos municípios da Região 2, apontados na figura a seguir.



Mapa de localização das comunidades atingidas pelo desastre sociotécnico.
Fonte: LEA:AUEPAS/UFOP, 2021.

O objetivo é investigar possíveis contaminantes e os níveis de contaminação nos diferentes meios e pontos de coletas. A partir de amostras de águas, solos, sedimentos, plantas e peixes, serão avaliados os riscos ambientais associados à exposição de contaminantes provenientes do rompimento. A hipótese dos cientistas é que a lama de rejeitos dispersou elementos tóxicos e outros resíduos nocivos à saúde humana e à natureza. Com esse estudo, espera-se que a população possa contar com dados científicos e confiáveis que servem como base para reivindicações de reparação material, perante a empresa. Também capacita as comunidades para demandar políticas públicas na região.

O projeto tem duração prevista de 7 meses, das etapas preparatórias à produção de relatórios finais, com divulgação dos resultados e possíveis encaminhamentos. A parte de levantamento e sistematização de dados é fundamental para a execução do projeto. Para tanto, serão feitas reuniões entre a equipe do projeto, a Aedas e as comunidades atingidas, a fim de obter mais informações e dados que serão fundamentais para a execução do plano de trabalho. A primeira reunião será no próximo dia 26/08 (quinta-feira), às 19 horas, online.

As coletas de amostras de solos, águas, sedimentos, plantas e peixes deve acontecer nos meses de setembro e novembro de 2021, após escuta às atingidas e aos atingidos, coordenada pela Aedas. Oportunidade, também, para o contato presencial para fortalecer os laços e vínculos entre o grupo integrante do projeto e a comunidade. Essas etapas serão seguidas de sistematização dos dados em mapas e imagens que vão fazer parte de relatórios técnicos e boletins informativos, como este, que circularão nas comunidades.

O diálogo com as comunidades atingidas e o trabalho conjunto nos territórios, mediados pela Aedas, são fundamentais para a precisão científica e execução adequada do projeto.

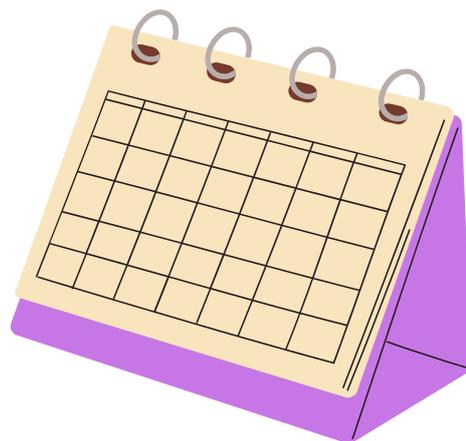
Aedas convida:

as comunidades atingidas para uma reunião online a ser realizada em

26

agosto

2021



19 horas